



REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

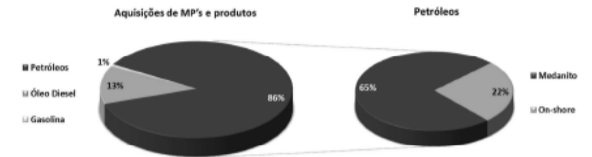
CNPJ 94.845.674/0001-30
NIRE 43 3 00002837

Relatório da Administração

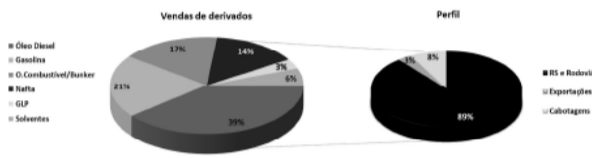
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.S.as seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2025. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes. **Perfil da Companhia:** No processo de transição de negócio para produção de combustíveis renováveis a RPR ainda tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente, Gasolina, Óleo Diesel, Óleo Combustível Marítimo, Nafta Petroquímica, GLP, Aguardar, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves. **Ambiente Econômico e de Negócios:** Em 2025, o preço do petróleo Brent ficou pressionado por uma maior oferta em relação à demanda do mercado, também houve menores impactos por conflitos geopolíticos, o que resultou em preços mais baixos em relação ao ano anterior. A cotação média do Brent em 2025 foi de US\$ 69,1/barril, 14,5% inferior em relação a 2024. Ao final do ano, a cotação da commodity no mercado global foi de US\$ 62,7/barril. No cenário nacional, segundo o IBGE, o aumento do PIB brasileiro foi de 2,3% em 2025. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,3%, 1,3 p.p. acima da meta estipulada para o período. A taxa básica de juros da economia encerrou 2025 em 15,00% a.a., 2,75 p.p. superior em relação ao encerramento de 2024. A cotação média do dólar foi de R\$ 5,59/dólar, sendo que ao final de 2025, a cotação da moeda norte-americana foi de R\$ 5,50/dólar, uma valorização de 11% da moeda nacional em relação ao final do ano anterior. A valorização do Real foi impulsionada por uma fraqueza generalizada do dólar no mercado internacional, influenciada por políticas nos EUA e expectativas de cortes de juros pelo Federal Reserve. Com relação ao mercado de combustíveis, dados divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) indicam um aumento de 2,6% nas vendas de derivados de petróleo em relação ao ano anterior. No Rio Grande do Sul, esse aumento foi de 2,5%. O mercado nacional dos principais derivados iniciou o ano com elevada concorrência, com altas defasagens dos preços com relação ao PPI, chegando a 13% e 25% em janeiro, respectivamente na gasolina e diesel. Contudo, a partir do segundo trimestre, com queda nos preços de petróleo e câmbio, os preços nacionais de gasolina e diesel estiveram aderentes com o mercado internacional, sendo na média do ano uma arbitragem de 3% na gasolina e uma defasagem de 2% no diesel. **A REFINARIA RIOGRANDENSE: Processos de Gestão:** Em suas atividades empresariais a RPR busca a melhoria contínua dos processos com o objetivo de consolidar e avançar nas melhores práticas de segurança, meio ambiente, saúde e conduta ética. Em 2025, realizamos ações para consolidação de práticas e ferramentas de SMS, revisamos processos para evolução dos padrões de segurança e meio ambiente através de novos processos baseados nas melhores práticas em nosso segmento. Publicamos nosso Inventário de Gases de Forno Estufa (escopos 1 e 2) no GHG Protocol, recebendo o selo Prata, demonstrando o compromisso da RPR com a sustentabilidade e transparência em suas operações. Realizamos ainda, treinamento e capacitação em ICS - Incident Command System 100, em compromisso com o meio ambiente, a segurança das pessoas, dos nossos ativos e comunidade. Com foco em segurança operacional e desenvolvimento da cultura de SMS, desdobramos diversas ações alinhadas aos três pilares do Programa Operar Seguro: pensamento, atitude e ambiente seguro, além de avançar em nosso programa de metodologia internacionalmente conhecida, a Safestart. Em segurança de processo registramos um evento TIER 1, e em pessoas, registramos três ocorrências TAR, todos os eventos foram investigados e as ações propostas para evitar a recorrência foram executadas, além disso, como ações imediatas paralisamos todas as atividades e realizamos diálogo de segurança, meio ambiente e saúde (DSMS) com toda força de trabalho abordando os acidentes ocorridos. Com objetivo de promover a saúde de nossos colaboradores, realizamos a campanha de vacinação contra gripe para funcionários e dependentes, além da continuidade de práticas como ginástica laboral, consultas nutricionais, odontológicas e assistência psicossocial, bem como outras ações integrantes do Programa Bem-Estar da RPR. Em 2025, mantivemos nosso compromisso de aplicar as melhores práticas de gestão e governança, realizamos auditorias internas e externa com objetivo de verificar o nível de conformidade nos processos e requisitos legais, garantindo a manutenção dos certificados ISO 9001 e 14001. Re-certificamos nossos processos produtivos pela ISCC - International Sustainability & Carbon Certification, atestando a sustentabilidade da cadeia dos produtos renováveis em desenvolvimento. **Pessoas:** A empresa atua na gestão de pessoas com base nas suas políticas de fortalecimento da cultura organizacional, desenvolvendo competências e habilidades dos seus colaboradores e oferece aos seus empregados um abrangente plano de benefícios, tais como: a participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, extensão da licença maternidade, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, restaurante na empresa e clube esportivo. Com relação à capacitação, o programa de treinamento atingiu 321 colaboradores (99% do efetivo da empresa), totalizando 12.952 horas treinadas, propiciando evolução e aprimoramento na gestão das equipes e treinamentos de segurança operacional. Proporcionamos aos funcionários, por meio do programa Bem-Estar, diversas atividades de saúde, como a prevenção à saúde bucal com a unidade móvel do SESI, consultas com nutricionista, palestras, workshops e acompanhamento de saúde mental com profissional especializado. **Responsabilidade Social Empresarial:** A Responsabilidade Social representa o compromisso da Companhia com o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade. Em 2025, diversas iniciativas contaram com o apoio da RPR. Destaca-se o início da 14ª turma do Projeto Pescar, em parceria com o SENAI, proporcionando a 20 jovens a oportunidade de participação no curso profissionalizante de Caldeiraria. Desde o início do projeto na Refinaria, aproximadamente 240 jovens já passaram pelos programas de capacitação profissional. Os bairros do entorno também foram beneficiados com o Projeto 55+, que ofereceu aulas gratuitas de ginástica a moradores com idade superior a 55 anos. A Companhia participou, ainda, da Festa de Natal do Bairro Lar Gaúcho, disponibilizando serviço de fotografia para o evento, além de promover campanha de arrecadação de brinquedos destinados às crianças do Lar Maria Carmen. Durante a Campanha Outubro Rosa, foram realizadas ações de cortes de

cabelo gratuitos, com doação destinada à confecção de perucas para a APECAN, bem como a doação de lençóis à Liga Feminina de Combate ao Câncer, que atende mulheres em tratamento oncológico. Com a participação do grupo de voluntários da RPR, foram realizadas três ações do "Sábado Solidário", promovidas pelo Banco de Alimentos do município. Adicionalmente, por meio de campanha realizada durante a SIPAT, foram arrecadadas 3,9 toneladas de alimentos não perecíveis entre os colaboradores, volume que foi dobrado pela Refinaria, totalizando 7,8 toneladas de alimentos doados. Ainda, foi firmado mais um ano de parceria com a Campanha do Agasalho da Prefeitura Municipal, realizando a doação de cobertores de casal e atuando como ponto de coleta para a comunidade. **Contexto Operacional: Produção e Comercialização:** Em 2025, o processamento de petróleo atingiu uma média de 11.269 barris/dia, 9% superior em relação ao ano anterior e alcançando um FUT médio (fator de utilização total) de 66,2%. Mesmo sendo superior a 2024, o nível de processamento ficou em patamar reduzido, reflexo da adequação da Companhia às estreitas margens de refino, bem como pela parada geral programada que ocorreu entre junho e julho, motivada pela necessidade de substituição da linha de flare químico. O processamento consistiu majoritariamente do petróleo argentino Mediano, que ao longo do ano teve variação na qualidade, especialmente no enxofre, exigindo maior uso do Diesel S10 para ajuste de qualidade do Diesel e impactando em perfil de produção menos nobre e, consequentemente, em redução de margem. Adicionalmente, foi realizado o processamento do petróleo on-shore nacional Alagoano. Na média anual, o perfil de processamento foi de 76% do petróleo importado e 24% do petróleo nacional. Com relação às aquisições de produtos e correntes intermediárias, foi atingido em 2025 o volume de 92 mil m³, representando 14% sobre o volume total vendido no ano.



As vendas de derivados atingiram o volume de 680 mil m³ em 2025, sendo 6% superior em relação ao ano anterior. Destaca-se no ano a maior competição no mercado de bunker, refletindo em menor margem na comercialização do derivado. Ainda, houve a concretização de diversos acordos comerciais com exportações realizadas para o Paraguai e Argentina, e cabotagens para RJ e RS, representando, em ambas as modalidades, a venda de 11% sobre o volume total comercializado.



Investimentos: Em 2025 a RPR investiu um total de R\$ 75,5 milhões, sendo R\$ 61,9 milhões no Projeto Biorrefinaria (Rota HEFA) e R\$ 13,7 milhões em melhorias das suas instalações industriais, destacando-se: i) R\$ 6,9 milhões em paradas de manutenção, com objetivo de ganho de eficiência e garantia da confiabilidade operacional das unidades; ii) R\$ 3,0 milhões em segurança, meio ambiente e atendimentos à requisitos legais; iii) R\$ 2,3 milhões em investimentos na unidade FCC para adequação ao processamento de Renováveis, principalmente adequação de tanques e linhas; iv) R\$ 1,0 milhão relacionado à confiabilidade da planta, como o atendimento ao plano de bombas, turbinas e compressores, e equipamentos para o processo e; v) R\$ 419 mil em recursos de TI e outros. **Projeto Biorrefinaria:** Ao longo de 2025, o Projeto da Biorrefinaria Riograndense apresentou avanços relevantes em sua maturidade técnica, econômica e decisória. O ano teve início com a aprovação, pelo Conselho de Administração, da Fase 2 do projeto em fevereiro de 2025, representando um marco fundamental para sua continuidade. Como resultado da evolução técnica e econômica ao longo do exercício, ao final de 2025 foi disponibilizado aos acionistas um pacote completo de documentação, incluindo um novo Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE), com o objetivo de subsidiar a avaliação e a busca pela aprovação da Fase 3 do projeto no primeiro semestre de 2026. No desenvolvimento técnico, houve progresso significativo da engenharia básica do projeto. Destacam-se a definição da tecnologia da Planta de Tratamento de Unidades (PTU), a realização da engenharia de processo das tecnologias HEFA e UGH bem como a engenharia básica das unidades OSBL. Entre as principais entregas do período, ressaltam-se a execução dos estudos de HAZOP e LOPA, o desenvolvimento da maquete 3D, a elaboração da documentação técnica multidisciplinar, as principais definições de engenharia e o refinamento das premissas de projeto, culminando na elaboração da estimativa de CAPEX Classe 3. Adicionalmente, o projeto contou com a definição da estratégia de implementação com foco na seleção do EPCista e no modelo de contratação para a execução da obra, considerada a principal contratação do empreendimento. Nos aspectos regulatórios, financeiros e comerciais, o projeto obteve em junho de 2025 a Licença Prévia de Instalação Ambiental

(LPIA), principal licença para sua implementação, evidenciando a aderência às normas ambientais e a robustez técnica do projeto, apoiadas por um histórico consistente de relacionamento com os órgãos ambientais. A Refinaria já possui Licença Prévia emitida e encontra-se em processo de obtenção da Licença de Instalação para os novos dutos até o terminal marítimo. No campo financeiro, a assessoria do Itaú permitiu a elaboração de estruturação do plano de financiamento do projeto, demonstrando alto potencial de financiabilidade do projeto. Adicionalmente, o projeto contou com interface com relevantes agentes financeiros nacionais e internacionais, incluindo a contratação do IFC (International Finance Corporation) como co-assessor financeiro, cujo processo de diligência é reconhecido e rigoroso e complexo, tendo sido concluído com avaliações e feedbacks positivos, reforçando o elevado grau de maturidade e consistência do projeto. Por fim, avançou-se na frente comercial, tanto na prospecção e negociação de novas matérias-primas — como óleo de cozinha usado (UCO) e óleos de culturas rotativas — quanto na negociação de contratos de venda dos produtos, atualmente em fase final com grandes players globais. Além disso, em 2025 a RPR realizou o 3º teste de carga 100% renovável na unidade de FCC, processando TCO (Technical Corn Oil) e óleo de soja, com resultados em linha com o planejamento para a entrada em operação em 2026. **Resultado Econômico-Financeiro:** No primeiro bimestre de 2025 os preços de Brent e a taxa de câmbio mantiveram nos níveis de US\$ 77,2/barril e R\$ 5,89, semelhantes ao final do ano anterior, impactando diretamente no aumento do custo da matéria-prima, especialmente da Companhia que estava com quatro cargas de petróleo adquiridas para o período (duas nacionais e duas importadas). Isto ocasionou redução da margem de refino e impactou diretamente nos resultados da empresa. Mesmo após a redução do Brent e câmbio a partir do segundo trimestre, que acarretou menores defasagens de gasolina e diesel, a margem de refino permaneceu reduzida pelos baixos níveis de cracks internacionais de bunker e nafta, produtos com ampla participação no perfil de vendas e que são comercializados com base na precificação internacional e também pelo aumento do custo de aquisição do petróleo importado. Associado a isso, houve a necessidade de redução do processamento e posterior parada geral programada de manutenção no final do primeiro semestre. No segundo semestre, os reduzidos cracks de bunker e nafta, a necessidade de adição de diesel S-10 para ajuste na qualidade do petróleo Mediano e as perdas de valor de estoque devido estar comercializando cargas que chegaram em períodos de maiores cotações, continuaram impactando o resultado e, mesmo com elevação do nível de processamento após a parada de manutenção, os resultados gerados não foram suficientes para cobrir os custos da operação. Ao final do ano, a Companhia foi também impactada pela maior concorrência no mercado regional, impondo dificuldades de escoamento dos derivados, especialmente da gasolina. Assim, o ano encerrou com EBITDA negativo de R\$ 174,6 milhões e prejuízo líquido de R\$ 341,1 milhões, conforme abaixo:

R\$ milhões	2025	2024	Δ 25/24
Receita Bruta	2.822,1	2.742,6	+3%
Receita Líquida	2.054,3	2.177,7	-6%
Prejuízo Líquido do Exercício	(341,1)	(84,5)	-304%
EBITDA	(174,6)	(117,3)	-49%

No prejuízo líquido de 2025, cabe salientar que houve a contabilização de R\$ 77,1 milhões referente à reversão do saldo do ativo diferido de IR/CSO acumulado até 2024, além de R\$ 35,5 milhões de ajuste de impairment relativo às unidades que não serão operadas em 2026 e outros gastos relativos à transição do negócio. **Endividamento:** Em 2025, o caixa da Refinaria encerrou com R\$ 92,9 milhões e com uma dívida líquida de R\$ 401,2 milhões. No ano, houve o aumento do endividamento bancário e consequentemente da dívida líquida, bem como pela necessidade de garantir uma melhor gestão de caixa da Companhia frente aos resultados gerados. Em relação ao perfil da dívida bruta, o ano encerrou com 62% da dívida de curto prazo e 38% de longo prazo.

R\$ milhões	2025	2024
Empréstimos e financiamentos – Curto Prazo	307,7	109,1
Empréstimos e financiamentos – Longo Prazo	190,0	224,9
Instrumentos derivativos – Swap para CDI	(3,5)	(21,5)
Total da Dívida	494,2	312,5
Caixa	92,9	295,8
Dívida Líquida	(401,2)	(16,7)

Perspectivas: Destaca-se que, além de manter o foco na garantia da confiabilidade e segurança operacional, a Companhia seguirá avançando na estratégia de transição para Biorrefinaria. Nesse ano a Refinaria Riograndense ingressará em uma nova fase com a conversão da Unidade de FCC para produção de produtos renováveis, a Companhia não tem nos seus planos a continuidade de refino de petróleo. O ano iniciará com a parada de manutenção e adaptação da unidade de FCC para a operação com cargas renováveis de Óleo de Soja e o TCO (Óleo Técnico de Milho), produzindo derivados 100% renováveis, como Bio-GLP, Bio-Nafta, Bio-LCO e Bio-Óleo Decantado. No ano, além de operar com o FCC renovável, serão realizados serviços logísticos, como utilização de tançagem para armazenagem de terceiros e serviços de enchimento no terminal de expedição, utilizando os ativos disponíveis para gerar receitas adicionais a operação de renováveis. Ainda, neste ano de transição do negócio, serão realizadas adequações na estrutura funcional da Companhia, gerando redução das despesas e adequação da estrutura de gastos aos níveis estimados de operação. Para sustentabilidade financeira da Companhia e sua continuidade, os acionistas farão um aporte via emissão de debêntures privadas conversíveis em ações, no valor de R\$ 451 milhões a ser integralizado até março de 2026. Por fim, ainda no primeiro semestre prevê-se a decisão final de investimento (FID) do projeto de implantação da unidade para produção de Combustíveis Avançados (SAF e Diesel Verde). Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2025.

A Administração

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

Ativo Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.433	272.990	Financiamentos e empréstimos	11	307.692	109.076
Contas a receber de clientes	6	77.588	116.728	Fornecedores	12	225.145	592.687
Ganhos não realizados com derivativos	17a	3.981	26.289	Impostos e contribuições a recolher	13	56.990	23.405
Estoques	7	136.760	287.366	Perdas não realizadas com derivativos	17a	517	5.461
Impostos a recuperar	8	31.674	26.608	Provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	795	534
Outros ativos	17b	113	1.765	Provisão para benefício pós-emprego	15	5.817	5.793
		323.549	731.746	Outros passivos		20.177	10.417
						617.133	747.373
Não circulante				Não circulante			
Aplicações Financeiras	5	19.477	22.855	Financiamentos e empréstimos	11	189.950	224.943
Depósitos judiciais	14	3.618	4.017	Impostos Diferidos	21c	24.518	-
Outros ativos	6	35	35	Provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	7.895	8.453
Impostos Diferidos	8b	-	46.468	Provisão para benefício pós-emprego	15	54.129	61.000
Impostos a recuperar	8	-	49.855			276.492	294.396
Imobilizado	10	251.122	223.571				
Intangível		87	182				
		274.339	346.983				
Total do ativo		597.888	1.078.729	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	16a	50.477	50.477
				Ajustes de avaliação patrimonial	16d	17.031	19.279
				Prejuízo Acumulado		(363.245)	(32.796)
						(295.737)	36.960
				Total do passivo e patrimônio líquido		597.888	1.078.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	2.054.266	2.177.747
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(2.180.319)	(2.222.949)
Prejuízo bruto		(126.053)	(45.202)
Despesas com vendas	23	(54.390)	(51.829)
Despesas gerais e administrativas	23	(40.743)	(41.123)
Outras receitas operacionais	19	331	2.948
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(220.855)	(135.206)
Receitas financeiras	20	41.248	37.317
Despesas financeiras	20	(90.537)	(38.439)
Prejuízo antes dos impostos		(270.145)	(136.328)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 e 8	(70.986)	51.868
Prejuízo líquido do exercício		(341.131)	(84.460)
Prejuízo por ação			
Prejuízo por ação ordinária básico (em R\$)		(20,9157)	(5,1785)
Prejuízo por ação preferencial básico (em R\$)		(23,0073)	(5,6963)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício		(341.131)	(84.460)
Ganhos (perdas) não realizados (as) com derivativos	17	165	1.566
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definidos	15	8.269	(7.129)
Outros resultados abrangentes		8.434	(5.613)
Resultado abrangente total		(332.697)	(90.073)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	2025	2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(270.145)	(136.328)	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	16.234	17.857	
Impairment	29.994	-	
Encargos financeiros não realizados sobre financiamentos	74.594	31.216	
Provisão (reversão) para estoques	5.908	(2.670)	
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(297)	93	
Provisão (reversão) para benefício pós-emprego	1.422	(774)	
Total ajustado por	127.855	45.722	
Variações nos ativos e passivos			
Redução (Aumento) em contas a receber	39.140	14.730	
Redução (Aumento) nos estoques	150.606	(12.939)	
Aumento (Redução) em fornecedores	(367.542)	226.639	
Redução (Aumento) dos demais grupos do ativo	44.090	(52.499)	
Aumento (Redução) dos demais grupos do passivo	43.565	26.141	
Juros e encargos pagos sobre empréstimos e financiamentos	(51.131)	(38.439)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(283.562)	73.028	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	(73.685)	(60.039)	
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(73.685)	(60.039)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	254.115	175.091	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(96.425)	(42.917)	
Caixa proveniente das atividades de financiamento	157.690	132.174	
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(199.557)	145.164	
Demonstração do aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício (Nota 5)	272.990	127.826	
No fim do exercício (Nota 5)	73.433	272.990	
	(199.557)	145.164	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia" ou "RPR") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul (RS). São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,585% de ações preferenciais). Suas atividades principais são o refino de petróleo e a comercialização dos seus derivados e correlatos bem como processamento de matérias-primas renováveis e seus derivados, incluindo biocombustíveis, bioaromáticos e outros produtos resultantes do processamento de matéria-prima renovável. Os principais produtos produzidos pela RPR são Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Bunker, Óleo Combustível, GLP (Gás de Cozinha), Aguardar e Solventes Especiais. A Companhia possui operações de venda no Brasil e exterior. **(a) Resultado operacional:** No primeiro bimestre de 2025 os preços de Brent e a taxa de câmbio mantiveram nos níveis de US\$ 77,2/barril e R\$ 5,89, semelhantes ao final do ano anterior, impactando diretamente no aumento do custo da matéria-prima, especialmente da Companhia que estava com quatro cargas de petróleo adquiridas para o período (duas nacionais e duas importadas). Isto ocasionou redução da margem de refino e impactou diretamente nos resultados da empresa. Mesmo após a redução do Brent e câmbio a partir do segundo trimestre, que acarretou menores defasagens de gasolina e diesel, a margem de refino permaneceu reduzida pelos baixos níveis de cracks internacionais de bunker e nafta, produtos com ampla participação no perfil de vendas e que são comercializados com base na precificação internacional e pelo aumento do custo de aquisição do petróleo importado. Associado a isso, houve a necessidade de redução do processamento e posterior parada geral programada de manutenção no final do primeiro semestre. No segundo semestre, os reduzidos cracks de bunker e nafta continuaram impactando o resultado e, mesmo com elevação do nível de processamento após a parada de manutenção, os resultados gerados não foram suficientes para cobrir os custos da operação. Ao final do ano, a Companhia foi também impactada pela maior concorrência no mercado regional, impondo dificuldades de escoamento dos derivados, especialmente da gasolina. Assim, o ano encerrou com EBITDA negativo de R\$ 174,6 milhões e prejuízo líquido de R\$ 341,1 milhões. **1.2 Continuidade operacional:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme estabelecido pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 293.584 (2024 – R\$ 15.627), patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 293.737 e prejuízos recorrentes, decorrente principalmente do cenário econômico. Com o objetivo de mitigar os riscos associados ao capital circulante negativo, ao patrimônio líquido (passivo a descoberto) e aos prejuízos recorrentes, a Administração vem adotando um conjunto de iniciativas que incluem principalmente a transição de negócio e emissão de debêntures privadas junto aos acionistas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, que contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes para refletir os possíveis efeitos futuros sobre a recuperabilidade e a classificação de ativos ou sobre os valores e classificações de passivos que possam resultar da incerteza relacionada à capacidade da Companhia de continuar operando normalmente. A Companhia vem implementando iniciativas voltadas a oportunidades de transição energética e para fortalecimento financeiro com base nessa estratégia em curso e na relevância de seus ativos industriais, a Administração entende que a Companhia possui capacidade da continuidade considerando o novo

Continuação

Veículos		10 anos				
(d) Composição dos saldos		31/12/2024				
31/12/2025	Taxa média de Dep % a.a.	Custo	Impairment de Ativos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	12.272	-	-	-	12.272	12.272
Edificações e benfeitorias	2	75.827	(269)	(37.981)	37.577	36.475
Máquinas, equipamentos	4	326.383	(29.725)	(196.702)	99.956	118.870
Móveis e utensílios	2	3.829	-	(2.970)	859	1.065
Computadores e periféricos	13	8.336	-	(4.267)	4.069	3.322
Veículos	14	806	-	(806)	-	-
Obras em andamento	-	3.986	-	-	3.986	51.546
Projeto Biorrefinaria – Obras em andamento	10	92.318	-	-	92.318	-
Outros	10	215	-	(130)	85	21
Total	523.972	(29.994)	(242.856)	251.122	223.571	

(e) Movimentação do custo		31/12/2024				
31/12/2024	Custo	Adições	Impairment de ativos	Baixa	Transferência	Custo
Terrenos	12.272	-	-	-	-	12.272
Edificações e benfeitorias	62.158	-	-	-	-	62.158
Máquinas, equipamentos	313.369	976	(128)	-	-	313.369
Móveis e utensílios	3.087	68	(1)	-	-	3.087
Computadores e periféricos	7.126	65	-	-	-	7.126
Veículos	806	-	-	-	-	806
Obras em andamento	51.546	10.617	-	-	-	62.163
Projeto Biorrefinaria – Obras em andamento	-	61.872	-	-	-	61.872
Outros	52	87	-	-	-	139
Total	450.416	73.685	(129)	-	-	523.972

(f) Movimentação da depreciação:		31/12/2024				
31/12/2024	Depreciação	Adições	Impairment de ativos	Baixa	Transferência	Custo
Edificações e benfeitorias	(25.682)	(2.702)	(269)	-	(9.598)	(38.251)
Máquinas, equipamentos	(194.596)	(12.564)	(29.725)	85	10.276	(226.524)
Móveis e utensílios	(2.022)	(162)	-	1	(788)	(2.971)
Computadores e periféricos	(3.805)	(654)	-	-	193	(4.266)
Veículos	(806)	-	-	-	-	(806)
Outros	66	(15)	-	-	(83)	(32)
Total	(226.845)	(16.097)	(29.994)	86	(272.850)	

(g) Movimentação da depreciação:		31/12/2024				
31/12/2024	Depreciação	Adições	Impairment de ativos	Baixa	Transferência	Custo
Edificações e benfeitorias	(25.682)	(2.702)	(269)	-	(9.598)	(38.251)
Máquinas, equipamentos	(194.596)	(12.564)	(29.725)	85	10.276	(226.524)
Móveis e utensílios	(2.022)	(162)	-	1	(788)	(2.971)
Computadores e periféricos	(3.805)	(654)	-	-	193	(4.266)
Veículos	(806)	-	-	-	-	(806)
Outros	66	(15)	-	-	(83)	(32)
Total	(226.845)	(16.097)	(29.994)	86	(272.850)	

10.1 Impairment: A Companhia aprovou a interrupção de parte das suas unidades produtivas em dezembro de 2025, em decorrência da reestruturação operacional para migração do projeto para a Biorrefinaria, essa decisão caracterizou indicadores de perda por redução ao valor recuperável, conforme previsto de acordo com o CPC 01. Diante desse cenário, a Companhia realizou testes de *impairment* sobre os ativos imobilizados vinculados às referidas unidades. Como resultado dos testes realizados, foi reconhecida uma perda por *impairment* no montante de R\$ 29.994 (vinte milhões e novecentos e noventa e quatro mil) registrada no resultado do exercício na rubrica de provisão para perdas por desvalorização, reduzindo o valor contábil dos ativos aos seus valores recuperáveis. Além disso, foram efetuadas as reversões do IRPJ/CSSL diferido e ajuste de avaliação patrimonial, conforme nota explicativa 21c. A Administração revisará periodicamente as premissas utilizadas e, caso ocorram mudanças relevantes nas condições de mercado ou no plano de retomada das operações, poderá ser reconhecida reversão de *impairment*, observados os limites estabelecidos pelo CPC 01. **11 Financiamentos e Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença existente entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros. Em relação às taxas de juros, temos a seguinte composição: debêntures CDI+3,8% a.a. financiamento CDI + 1,40% a.a., Selic + 1,52% a.a. 137,9% do CDI; 111% do CDI; 117 do CDI; 1199,7% do CDI e empréstimos CDI + 8,46% a.a.

Circulante		31/12/2025	31/12/2024
Empréstimo		30.966	25.742
Financiamentos		252.565	40.000
Debêntures		24.161	43.333
Total		307.692	109.076
Não Circulante		31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos		137.231	158.098
Debêntures		52.719	66.844
Total		189.950	224.943
Total Circulante + Não Circulante		497.642	334.019

Moeda Nacional		31/12/2025	31/12/2024
Moeda Nacional		353.812	188.148
Moeda Estrangeira		143.830	145.871

(a) Informações complementares ao fluxo de Caixa		2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023		172.275	172.275
Alterações de caixa			
Recebimento de atividades de financiamento		175.091	175.091
Pagamentos de atividades de financiamento		(42.917)	(42.917)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(38.439)	(38.439)
Alterações que não afetam caixa			
Despesas de juros e variações cambiais		68.009	68.009
Saldo em 31 de dezembro de 2024		334.019	334.019

(b) Empréstimos bancários:		2025	2024
Até um ano		307.692	109.076
Um a cinco anos		189.950	224.943
Total		497.642	334.019

(c) Debêntures: Em maio de 2022, a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, no valor de R\$ 130.000 e vencimento para 15 de maio de 2027. As debêntures incluem opção de resgate pelo emissor, a partir de 15 de maio de 2023 e pagam juros anuais de CDI+ 3,80%. Esse resgate destina-se ao capital de giro, alongamento do perfil da dívida e ao financiamento das atividades da Companhia. A Emissora cederá fiduciariamente, em caráter irrevogável e irratificável em favor dos Debenturistas, todos os direitos relativos à determinada conta corrente de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada"), a ser indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada (conforme abaixo definido), bem como todos os recursos a serem depositados e/ou mantidos na Conta Vinculada em montante equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Valor Mínimo Conta Vinculada") até a Data de Vencimento (conforme abaixo definida) ("Cessão Fiduciária" ou "Garantia Real"). **(d) Financiamentos:** Em decorrência dos resultados operacionais do ano e gastos no projeto para Biorrefinaria houve a necessidade de captação de recursos para giro da operação, sendo realizadas cinco operações como segue: • ABC Brasil: R\$ 100 milhões com prazo de 1 ano; • Banco do Brasil: R\$ 22,8 milhões com prazo de 1 ano; • Banco Daycoval: R\$ 80 milhões com prazo de 2 anos; • Banco Pine: R\$ 30 milhões com prazo de 1 ano; • Banco do Brasil: R\$ 21,3 milhões com prazo de 1 ano. **12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Fornecedores		31/12/2025	31/12/2024
Partes Relacionadas (nota 9)		1.266	-
Total		225.145	592.687

(a) Forfait: A Companhia mantém contratos firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Em 2024 os valores foram de R\$ 251.045 estão inseridos na rubrica de fornecedores, em 31 de dezembro de 2025 não há valores em aberto de *forfait*. A operação de *forfait* realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os seus fornecedores e, portanto, a Companhia classifica esta operação na rubrica de fornecedores. **13 Impostos e contribuições sociais a recolher:** Os impostos e contribuições sociais a recolher apuradas pela Companhia, estão demonstrados na seguinte:

31/12/2025		31/12/2024
IRRF	684	655
CIDE	2.395	1.032
ICMS	53.505	21.345
Outros	406	373
Total	56.990	23.405

(a) Mudança na apuração do ICMS: A partir de dezembro de 2025, a Companhia passou a adotar o regime de apuração decendial do ICMS, em substituição ao regime mensal, anteriormente vigente. No regime decendial, a apuração e o recolhimento do ICMS passaram a ser realizados a cada período de dez dias, conforme calendário fiscal estabelecido pelo fisco estadual, em conformidade com o decreto estadual do Rio Grande do Sul Nº58.511 de 15/12/2025. Essa alteração modifica exclusivamente o prazo e a periodicidade de recolhimento do imposto, não havendo mudanças nos critérios de reconhecimento, mensuração ou contabilização do ICMS, que continua sendo reconhecido conforme o regime de com-

petência, nos termos da legislação vigente e das práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração avaliou os impactos dessa mudança e concluiu que: • Não houve impacto no resultado do exercício; • Houve alteração no perfil temporal dos fluxos de caixa relacionados ao pagamento do tributo; • Os saldos de ICMS a recolher apresentados no passivo circulante refletem a posição dos últimos 20 dias do mês corrente com prazo de vencimento para o mês subsequente. A Companhia permanece em conformidade com as obrigações fiscais e tributárias aplicáveis. **14 Provisões:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis estimadas com ações em curso.

(a) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		Provisão	Depósitos judiciais
2025	2024	2025	2024
Fiscais	22	20	-
Cíveis	500	605	-
Ambiental	100	100	-
Trabalhistas	8.068	8.262	3.618
Total	8.690	8.987	3.618

(b) Resumo da movimentação

31/12/2024	31/12/2025	
Circulante	795	534
Não Circulante	7.895	8.453
Total	8.690	8.987

Em 31 de dezembro de 2025 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas salariais e indenizatórias.

(c) Riscos possíveis: A Companhia possui processos em andamento que são de natureza trabalhista e cível relativos a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 520 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 316 em 31 de dezembro de 2024). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. Em relação aos processos tributários, a Companhia possui como sendo os riscos possíveis, o valor de R\$ 136.620 (R\$ 129.377 em 2024), sendo R\$ 135 milhões referente ao processo no qual RFB questionava (auto de infração recebido em junho/24) a tomada de créditos de PIS/COFINS de 2020 sobre aquisições de produtos para formulação de combustíveis (Gasolina A, Óleo Diesel, Nafta, Xileno e Tolueno) e alguns serviços vinculados ao processo produtivo. Em janeiro de 2026 a RPR obteve êxito junto ao CARF com a reversão das glosas de 99,2%, sendo que o valor remanescente de R\$ 1,1 milhão será objeto de ação judicial pela Companhia. **15 Provisão para benefício pós-emprego:** A Companhia possui um conjunto de benefícios pós-aposentadoria para seus empregados elegíveis a esses direitos. Os benefícios existentes são: seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e indenização do FGTS. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para benefício pós-emprego relacionada à indenização do FGTS por tempo de serviço, plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis ("benefícios complementares"). A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está a seguir:

Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro		Multa de FGTS	Seguro de vida	Plano Médico	Total
2025	2024	2025	2024	2025	2024
Despesas no ano	(1.335)	(1.223)	(5.855)	(5.153)	(12.526)
Benefícios pagos pela empresa no ano	(219)	(200)	89	89	(101)
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito PL	68	68	(1.486)	(1.335)	(1.083)
Saldo final em 31 de dezembro	(3.203)	(5.822)	89	89	(2.847)

Composição das despesas no ano		2025	2024
Despesas no ano		572	538
Benefícios pagos pela empresa no ano		(59.636)	(53.245)
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito PL		5.483	(7.558)
Saldo final em 31 de dezembro		(55.157)	(59.636)

Composição das despesas no ano		2025	2024
Despesas no ano		572	538
Benefícios pagos pela empresa no ano		(5.855)	(4.830)
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito PL		5.483	(7.558)
Saldo final em 31 de dezembro		(55.157)	(59.636)

Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro		Multa de FGTS	Seguro de Vida	Plano Médico	Total
2025	2024	2025	2024	2025	2024
Despesas no ano	(66.793)	(60.388)	(5.855)	(5.153)	(77.189)
Benefícios pagos pela empresa no ano	(6.646)	(5.568)	89	89	(12.346)
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito PL	5.224	6.342	(59.946)	(66.793)	(54.129)
Saldo final em 31 de dezembro	(67.215)	(69.614)	38	38	(66.793)

A apresentação dos montantes devidos por benefícios a empregados em passivo circulante em 31 de dezembro considera parcela das despesas projetadas para o exercício de 2026, apresentado a seguir:

Composição final dos montantes apresentados no passivo está demonstrada a seguir:		31/12/2025	31/12/2024
Seguro de vida		(3.303)	(5.822)
Plano de assistência médica e odontológica		(55.157)	(59.636)
Multa FGTS		(1.486)	(1.335)
Total		(59.946)	(66.793)

Outros resultados abrangentes

2025	2024
Perdas atuariais acumulados em 31/12/2023	(2.028)
Perdas atuariais líquidos em 2024	(7.179)
Perdas atuariais acumulados em 31/12/2024	(9.207)
Ganhos atuariais líquidos em 2025	8.269
Perdas atuariais acumulados em 31/12/2025	(938)

As principais premissas adotadas para a realização dos cálculos de pós-emprego foram as seguintes:

	2025	2024
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Plano Médico)	10,86	10,26
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Seguro de Vida)	10,86	9,4
Taxa de inflação (longo prazo)	3,5	3,5
Taxa de crescimento dos custos médicos	7,64	7,64
Fator nominal de crescimentos do saldo do FGTS	3,5	3,5
Fator de capacidade dos salários e benefícios	98	98

Premissas biométricas utilizadas (consistentes em todos os anos apresentados): • Tábua de mortalidade - AT 2000 Basic suavizada em 10%; segregada por sexo (*) • Tábua de rotatividade - Towers Watson ajustada ao estudo de 2006; • Tábua de mortalidade de invalidados - RRB 1983; • Tábua de entrada de invalidez - RRB 1944 modificada, e % de participantes ativos casados na data da aposentadoria: 95%; • Diferença de idade entre participantes e os cônjuges: as esposas são 4 anos mais jovens que os maridos; • Idade de aposentadoria: 25 anos de tempo de serviço e 60 anos de idade; • Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-80. **16 Patrimônio líquido (passivo a descoberto):** A Companhia apresenta patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 295.737. Entretanto, conforme descrito na Nota Explicativa 24 (Eventos Subsequentes), com a emissão de debêntures conversíveis pelo acionistas no montante de R\$ 451.300, a operação revertirá a posição patrimonial atual para saldo positivo. **(a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis. Ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos). Deste modo o valor do Capital Social é de R\$ 50.477. Não houve alterações no comparativo com 2024. As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **(b) Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **(c) Ações preferenciais:** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo circulante. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído (deemed cost) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição ocorrida em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou pela baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos de encargos tributários. Os demais valores que compõem a conta de ajustes de avaliação patrimonial, são referentes a variação do valor justo dos planos de benefícios a empregados e os ganhos e perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos. Deste modo o saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 17.031. **(e) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados os prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. Devido ao prejuízo do ano, não houve destinação para reserva legal (R\$ 0,00 em 2024). O saldo da reserva legal em 2024 foi transferido para a absorção de parte do prejuízo acumulado. Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S/A e de acordo com o estatuto social da Companhia. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias. Devido ao prejuízo do exercício não houve destinação de dividendos em 2025. **17 Instrumentos financeiros:** O efeito da aplicação da norma CPC 48/IFRS 9 foi avaliado nos instrumentos financeiros da Companhia, não houve impactos significativos em relação à norma anterior, exceto pela classificação dos instrumentos financeiros. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos, quando aplicável. **(a) Classificação dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na

Continuação

pela Administração da Companhia: • Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra, considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. • Financiamentos, empréstimos e debêntures: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os financiamentos e empréstimos estão substancialmente representados pela emissão de debêntures e por operação de Finimp para capital de giro. (g) Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são usados para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir. (h) Hedges de fluxos de Caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedge) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. (i) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting). 18 Receita líquida de vendas: A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024
Receita bruta de venda de produtos	2.833.262	2.735.081
Receita bruta de serviços	9.494	14.201
Impostos sobre vendas	(767.825)	(564.814)
Vendas canceladas	(20.665)	(6.721)
Total da receita operacional líquida	2.054.266	2.177.747

19 Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	2025	2024
Ganho de processo judicial Tributário	44	2.405
Outras Receitas	287	543
Total	331	2.948

20 Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Os custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros	36.203	27.897
Variações monetárias ativas	5.039	9.359
Outros	6	61
Total	41.248	37.317
Despesas financeiras		
Juros	(74.621)	(31.230)
Variações monetária passivas	(9.872)	-
Outros	(6.044)	(7.209)
Total	(90.537)	(38.439)

21 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de renda e contribuição social debitada em resultado, em 2025 o IRPJ e CSLL foi zero pela Companhia não ter apurado lucros, conforme segue:

	2025	2024
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social:	(270.145)	(136.328)
Alíquota fiscal combinada:	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada:	-	-
Adições permanentes, líquidas despesas não dedutíveis	305	1.292
Exclusão da correção (SELIC) sobre processos tributários	(1.679)	3.139
Reversão do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais	(77.115)	47.640
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre imobilizado	6.129	-
Outros	1.376	(203)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:	(70.986)	51.868
IR e CSLL corrente	(70.986)	51.868
IR e CSLL diferidos	-	-
Alíquota efetiva	26%	38%

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: A Companhia reconhece os créditos e débitos tributários decorrentes de adições temporárias e reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas principais categorias de acordo com os itens (b) e (c): Os encargos relativos ao Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa maneira, os impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. (b) Ativos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos têm a origem no prejuízo fiscal.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal	-	77.115
Total	-	77.115

A Companhia realizou estudo de projeção de resultados que representa a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas esperadas para o período de realização do ativo fiscal diferido. Porém, por se tratar de um processo de transição do modelo de negócios cujas premissas e resultados projetados ainda necessitam validações a partir da definição da entrada em operação da unidade de FCC renovável, o montante de R\$ 77.115, referente a IRPJ e CSLL diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal apurado em 2024, foi revertido ao final do exercício de 2025.

No entanto, com efetivação da transição do negócio, a Companhia fará nova avaliação para reconstituição do saldo diferido, na medida em que o lucro tributável se torne provável, conforme CPC 32.

	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 anos	-	-
De 4 a 7 anos	-	77.115
De 8 a 10 anos	-	-
Total	-	77.115

(c) Passivos: Em 2009, no processo de adoção das práticas contábeis convergentes às normas internacionais, conforme a Lei nº 11.638/2007 e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia reconheceu custo atribuído (deemed cost) para determinados itens do ativo imobilizado, nos termos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e da CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, no montante de R\$ 102.000, com efeitos registrados entre tributos diferidos 34% e 66% ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. No exercício de 2025, em decorrência da transição do modelo de negócios e da interrupção da operação de determinadas unidades operacionais, a Companhia realizou teste de recuperabilidade de seus ativos, conforme o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, reconhecendo perda por impairment no montante de R\$ 29.994. Em função desse reconhecimento, foram realizados ajustes nos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, considerando que a perda não possui dedutibilidade fiscal imediata, conforme previsto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos têm a seguinte origem:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	-	-
Passivo	(24.518)	(30.647)
Ativo / (Passivo)	(24.518)	46.468

Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído 11.575 11.741
Diferença de vidas úteis 17.503 18.906
Impairment Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído (1.988) -
Impairment Diferença de vidas úteis – depreciação (2.572) -
Total **24.518** **30.647**
Diferenças Temporárias: A Companhia possui diferenças temporárias decorrentes de provisão para contingências de longo prazo, no montante de R\$ 7.895 (R\$ 8.453 em 2024), e de passivos relacionados a benefícios pós-emprego, no valor de R\$59.946 (R\$ 66.793 em 2024). Considerando as características dos passivos, a realização das respectivas diferenças temporárias é estimada para um período superior a 10 anos. Diante disso, e em razão da imprevisibilidade na determinação de resultados tributáveis futuros nesse horizonte temporal, a Companhia optou por não reconhecer ativos fiscais diferidos sobre esses montantes.

Ativo diferido líquido:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	-	77.115
Passivo	(24.518)	(30.647)
Ativo / (Passivo)	(24.518)	46.468

22 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 831.867 (R\$ 1.644.056 em 2024), riscos para transporte de R\$ 3.291.531 (R\$ 5.373.448 em 2024), responsabilidade civil de R\$ 1.375.600 (R\$ 1.548.075 em 2024) e cyber R\$ 790.378 pelo período de 18 meses. **23 Despesas por natureza:**

	2025	2024
Depreciação e amortização	(16.234)	(17.857)
Impairment	(29.994)	-
Despesas com pessoal - remuneração	(32.148)	(32.603)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(2.180.319)	(2.122.969)
Despesas com encargos e benefícios aos empregados	(32.947)	(29.950)
Outros	16.190	(112.522)
Total	(2.275.452)	(2,315,901)
Despesas de vendas	(54.390)	(51.829)
Despesas administrativas	(40.743)	(41.123)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2,180,319)	(2,222,949)
Total	(2,275,452)	(2,315,901)

24 Eventos subsequentes: (a) Debêntures Conversíveis: Os sócios emitiram debêntures conversíveis em ações da espécie quirográfrica, em duas séries, para colocação privada em favor da Companhia, conforme deliberação societária realizada em 15 de dezembro de 2025 e aprovadas na AGE realizada dia 19 de março de 2026, com o objetivo de captação de recursos para financiamento de suas atividades operacionais e reforço de caixa. Os recursos ingressaram no caixa da Companhia em 24 e 25 de março de 2026 e foram contabilizados no patrimônio líquido. As debêntures possuem as seguintes características principais: Quantidade emitida: 15.324.854,157 (quinze bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, oitocentas e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete) Debêntures. Valor nominal: 0,029449 (vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e nove milionésimos de real. Valor total da emissão: R\$ 451.300.173,78 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos mil, cento e setenta e três reais e setenta e oito centavos). **Espécie:** quirográfrica, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A. **Prazo de vencimento:** 31 de dezembro de 2026. **Convertibilidade:** As debêntures são conversíveis em participação societária da Companhia. O reconhecimento do valor resultará na recomposição do patrimônio líquido da Companhia, revertendo o atual cenário de passivo a descoberto.

Conselho de Administração

Jorge Marques de Toledo Camargo	Presidente
William França da Silva	Conselheiro
Wagner Granja Victer	Conselheiro
Ana Paula Santoro Coria	Conselheira
Ronny Leonardo Lubinski Dicono	Conselheiro
Cirilo Pahim Vieira	Conselheiro

Diretoria

Lício França Gomes	Diretor Superintendente
Sérgio Satt Júnior	Diretor
Thais Cipollina Pereira Tubino	Contadora CRC RS-097449/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações, apresentou excessos de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 293.584 e apresentou também patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 295.793.

Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

**Porque é um PAA****Reconhecimento de receita (Nota 2.2 (a) e 18)**

Parte substancial das receitas de vendas da Companhia é proveniente de venda de produtos derivados de petróleo que são reconhecidas no resultado quando a companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega.

Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e o volume de transações efetuados ao longo do ano.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entendemos do processo de vendas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas de venda dos produtos e dos respectivos contas a receber. Selecionamos, em base amostral, transações de vendas de produtos ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta.

Comparamos, em base amostral de testes, lançamentos contábeis de vendas com os pedidos de clientes, notas fiscais, e o efetivo recebimento das vendas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para o registro das transações e as respectivas divulgações em notas explicativas são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/F-6
Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 15P255758/O-9

ANUNCIE AQUI**(51) 3213-9139****CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR**